

## **Convite aos membros do Ministério Público para responder à pesquisa do CNJ sobre percepção e avaliação do Poder Judiciário Brasileiro**

### **CAOP Informa**

Postado em: 06/05/2022

Até 18 de maio, os membros do MP podem responder à pesquisa do CNJ destinada a coletar informações sobre a percepção do público quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário e seu funcionamento.

Em dezembro de 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) celebrou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a fim de estabelecer objetivos sustentáveis para a ampliação dos direitos humanos no Brasil e na América Latina. Nesse encontro, o CNJ adotou dois programas para criar estratégias para o aprimoramento do sistema judiciário: o Fazendo Justiça e a Justiça 4.0. O programa Fazendo Justiça trata, especificamente, sobre a implementação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) no sistema carcerário brasileiro e, também, a implementação da identificação biométrica com acesso à documentação civil para pessoas privadas de liberdade, entre outras metas direcionadas ao sistema penitenciário. Já o Justiça 4.0 visa ao diálogo entre os Tribunais de Justiça em todo território nacional para implementação do Juízo 100% digital, com o objetivo de implementar políticas judiciárias e iniciativas de fomento para um andamento processual mais célere e eficaz. À vista disso, foi recentemente lançada uma pesquisa para coletar informações sobre a percepção do público quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário e seu funcionamento, a fim de obter alinhamento com as estratégias adotadas conjuntamente com as Nações Unidas. Bem como, para a execução do Macrodesafio "Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade", previsto na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. A pesquisa ficará aberta até o dia 18 de maio e disponibiliza questionário específico para membros do Ministério Público, com blocos temáticos, dentre os quais há quesitos para avaliação do funcionamento do Poder Judiciário, aprimoramento dos serviços judiciários e identificação sociodemográfica. Para participar da pesquisa, clique aqui. Para mais informações sobre o assunto acesse aqui a notícia veiculada no site do CNJ.